

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da TAP -
Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da TAP, S. A**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 6

22 de março de 2023

(18,05 h – 19,34 h)

Ordem do dia: Deliberação sobre requerimentos para audições; apreciação e deliberação sobre pedido de documentos; ponto de situação dos trabalhos; outros assuntos.

Presidente da Comissão: Jorge Seguro Sanches (PS)

Deputados Oradores: Filipe Melo (CH)

Mariana Mortágua (BE)

Carlos Pereira (PS)

Hugo Carneiro (PSD)

Bruno Dias (PCP)

Paulo Moniz (PSD)

O Sr. **Presidente** (Jorge Seguro Sanches): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde a todos. Temos quórum, pelo que vamos começar a sexta reunião da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eram 19 horas e 20 minutos.

Queria, desde já, apresentar uma proposta no sentido de não começarmos pelo ponto um, mas começarmos pelo ponto dois da ordem do dia, que precisamente é a apreciação e deliberação do...

Pausa.

Srs. Deputados, sei que o dia vai longo, mas pedia-vos ajuda para conseguirmos que a nossa reunião seja eficaz.

A minha proposta era que começássemos pelo ponto dois da ordem do dia, que consiste na apreciação e deliberação sobre pedido de documentos.

Se não houver nenhuma oposição nesse sentido, começávamos precisamente por esse ponto.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, é para apresentar, se possível, um ponto antes da ordem do dia.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento todos.

Como já foi noticiado pelo Presidente do partido e pelo líder do grupo parlamentar, o Chega vem requerer ao Sr. Presidente a hipótese de reconsiderarmos outro relator para a Comissão.

Não temos nada contra a Sr.^a Deputada que foi indicada como relatora. Absolutamente nada contra. Não é isso que está em causa, mas entendemos, após uma reflexão cuidada do Grupo Parlamentar do Chega, que ficar a presidência da Comissão no Partido Socialista e ser o Deputado relator do Partido Socialista não nos parece, por questões de transparência e de correção, a melhor prática. Até porque, o Sr. Presidente sabe, pelo método de Hondt, a presidência da Comissão seria do Chega. Foi reclamada para o Partido Socialista e nós aceitámos. Portanto, entendemos colocar à consideração do Sr. Presidente,...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Oh, Sr. Deputado, não a queriam! Empurraram para o PS a presidência e agora está a dizer que o PS é que tem a presidência da Comissão!

O Sr. **Presidente**: — Pedia aos Srs. Deputados que criassem condições para o Sr. Deputado Filipe Melo concluir. Penso que está quase a concluir, portanto, fazíamos esse ponto.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Obrigado, Sr. Presidente. Portanto, coloco à consideração do Sr. Presidente revermos essa posição.

Volto a dizer: nada contra a Sr.^a Deputada que foi indicada, absolutamente nada, mas sim contra o facto de estarem a presidência e o relator dentro do mesmo grupo parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queria transmitir o seguinte: desde a primeira reunião que fomos anunciando que, na quinta reunião, iríamos designar o relator.

Queria só partilhar que, na altura, quando a ordem do dia foi distribuída, fiz precisamente um ponto perguntando se os grupos parlamentares e os Srs. Deputados, de qualquer forma, queriam fazer a indicação do relator. Houve apenas uma proposta e sobre a qual voltei a manifestar opinião, perguntando se havia alguma oposição. Não houve.

Portanto, Sr. Deputado, percebo, mas queria dizer-lhe, com toda a franqueza e com toda a transparência nesta questão, que é pelo menos assim que me sinto: sinto-me nesta Comissão como um Deputado eleito pelo povo e não um Deputado de um partido em concreto.

Acho que isso faz toda a diferença, porque esta Comissão de Inquérito é diferente, nesse ponto. Portanto, não entendo que devamos voltar a abrir a questão, tanto mais que a questão foi fechada no dia em que devia ter sido fechada, na quinta reunião da nossa Comissão.

Portanto, Sr. Deputado, pedindo-lhe que compreendesse também o funcionamento da nossa Comissão — aliás, é Vice-Presidente da nossa Comissão —, solicitava-lhe que passássemos à nossa discussão normal daquilo que está na ordem do dia, como é evidente dando a palavra a algum Sr. Deputado, se quiser intervir sobre esse ponto.

Para mim, essa questão está encerrada desde a última reunião, quando fizemos a designação do Deputado relator na nossa Comissão.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, com o devido respeito por

V. Ex.^a, volto a dizer: não tenho nada, absolutamente nada, contra a pessoa do Sr. Presidente ou da Sr.^a Deputada eleita — eleita, não,...

O Sr. **Presidente**: — Designada.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... mas nomeada como relatora. Volto a dizer: não é uma questão pessoal, mas sim uma questão de não estar tudo concentrado no mesmo grupo parlamentar. Foi só essa a sugestão que demos ao Sr. Presidente.

Portanto, naturalmente, compete ao Sr. Presidente decidir — também parece, assumidamente, que já o fez — se aceita a nossa sugestão ou não. A sugestão está em cima da mesa e o Sr. Presidente é soberano para decidir.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — É ler a lei! A lei fala em quinta reunião!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queria voltar a dizer o seguinte: fizemos o procedimento tal como ele devia ter sido feito.

Em relação ao Presidente da Comissão, queria dizer-lhes que me honra muito ser Presidente desta Comissão e que me honra muito trabalhar com os Srs. Deputados, mas isso resultou de uma aplicação do método de Hondt, que respeito, assim como respeitaria qualquer outro que existisse.

Em relação ao processo de designação da Sr.^a Deputada relatora, o processo foi muito claro, volto a dizer. Foi marcada uma reunião, de acordo com aquilo que está estabelecido no Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, isto é, à quinta reunião deve ser designado o relator.

Foi feito um processo de consulta a todos os Srs. Deputados. Houve um Sr. Deputado — o Sr. Deputado Carlos Pereira — que indicou a Sr.^a Deputada Ana Paula Bernardo. Foi perguntado aos Srs. Deputados se estavam todos de acordo. Houve uma concordância na sala e acho que temos

de passar ao seguinte.

Sr. Deputado, agradeço a sua chamada de atenção. Acho que já passámos esse tempo e que devemos passar à nossa ordem do dia.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, só para concluir: não foi, de todo, uma chamada de atenção ao Sr. Presidente. Volto a dizer, com o devido respeito, que foi uma sugestão, porque, após essa mesma reunião, a quinta reunião da Comissão, reuni com o Presidente e o líder parlamentar do Chega, debatemos essa questão e simplesmente transmiti o que tinha sido nomeado nesta Comissão — não votado, nomeado — e o presidente do partido entendeu que o que eu lhe transmiti fazia algum sentido.

No entanto, naturalmente, o Sr. Presidente diz-me — e com razão — que não foi apresentado por mais nenhum grupo parlamentar um Deputado relator.

É verdade, mas também não entrámos aqui num contrassenso, como entrou o Presidente do PSD. O Sr. Deputado Paulo Moniz proferiu algumas declarações, a meu ver, corretas, abonatórias da sua pessoa, e depois veio ser desmentido e desautorizado pelo Presidente do partido.

Neste caso, não aconteceu isso. O nosso partido e o grupo parlamentar falaram a uma só voz. Isso foi transmitido, o Presidente do Chega disse publicamente as razões que o levavam a fazer tal sugestão e eu, sendo o porta-voz dessa mensagem, sugeri ao Sr. Presidente que colocasse a hipótese de reconsiderar essa mesma decisão, tomada na altura.

O Sr. Presidente já se manifestou e nós só temos, naturalmente, de aceitar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, se estiverem todos de acordo, passamos então ao ponto 2 da nossa ordem do dia, que tem a ver com a apreciação e deliberação sobre pedido de documentos.

Há um requerimento do PSD que foi apresentado.

Os Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PSD ou algum Sr. Deputado individualmente quer fazer alguma intervenção sobre esse ponto?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Não.

O Sr. **Presidente**: — Não.

Portanto, quais é que são os pedidos?

A minha proposta é que isto seja consensualizado. É um pedido que está distribuído aos Srs. Deputados e que tem a ver com troca de *e-mails*, com atas da Comissão Executiva da TAP (Transportes Aéreos Portugueses), e por aí.

Os Srs. Deputados têm este documento. Portanto, penso que não haverá nenhuma discordância.

Pergunto se algum dos Srs. Deputados quer intervir sobre este ponto.

Pausa.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Está aprovado e iremos pedir esses documentos.

Passando ao ponto seguinte, que tem a ver precisamente com a documentação, e para que todos tenhamos a mesma informação, quero dizer que esta informação é muito recente e penso que reflete, com muito rigor, aquilo que temos, neste momento, nos nossos trabalhos: foram realizados,

até ao momento, 307 pedidos de documentação a 20 entidades e personalidades. Foram recebidos 173 documentos, dos quais 100 classificados, dois em sigilo fiscal, 11 confidenciais, na definição legal dos documentos do Gabinete Nacional de Segurança, e outros 87.

Acerca de 113 pedidos, as entidades indicaram que não tinham documentos a disponibilizar ou que o pedido não se aplicava à entidade.

Portanto, temos, neste momento, cerca de — não vou dizer o número rigoroso, porque pode ser sempre algum número abaixo ou acima e queria que também tivessem isso em conta — 20 pedidos que, neste momento, estão por responder. São da Comissão Europeia, são da TAP, SGPS — que solicitou uma prorrogação cujo prazo terminará amanhã —, são da TAP, SA, também com a mesma situação, e são quatro pedidos que estão em segredo de justiça, sobre os quais se aguarda a pronúncia do DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal) para a sua disponibilização, e aguarda-se resposta de dois escritórios de advogados sobre esta questão.

Portanto, penso que é uma fotografia completa. Significa que praticamente já estão na Assembleia da República todos os documentos, ou pelo menos a grande maioria, um número substancial.

Ontem fizemos reunião de Mesa e discutimos, precisamente, essa questão sobre os documentos que ainda nos faltam e sobre a necessidade ou não de utilizarmos formas, digamos, mais musculadas de exigir os documentos, e penso que estamos a evoluir bem nesse ponto.

Mas queria também partilhar, sobre a questão dos documentos, que os mesmos, cuja grande maioria está já disponível na Assembleia da República, estão divididos, acima de tudo, em três grupos: os documentos com classificação de segurança — e isso, acima de tudo, resulta da aplicação da lei e, portanto, são documentos com classificação de segurança —; os documentos cujas entidades, empresas ou gestores, individualmente, invocaram segredo de negócio; e aqueles documentos que estão sem

classificação.

Em relação aos documentos sem classificação, todos eles já estão disponíveis para trabalho dos Srs. Deputados.

Em relação aos outros documentos, a minha posição, e que queria partilhar com a Comissão, é a seguinte: os Srs. Deputados têm de ter acesso a todos os documentos. Isso é um ponto essencial no nosso trabalho: termos acesso a todos os documentos, para podermos trabalhar e para podermos cumprir o nosso compromisso desde que tomámos posse nesta Comissão de Inquérito.

Temos de tomar — e, aliás, isso resulta claramente da lei, quer do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, quer de legislação, nomeadamente, quando falamos da questão do segredo de negócio, do Código da Propriedade Industrial — todas as medidas que reduzam o risco do acesso aos documentos por pessoas ou empresas de áreas concorrenciais, que possam, dessa forma, prejudicar, no caso dos documentos em segredo de negócio, de alguma forma a TAP — acima de tudo, estamos a falar da TAP, uma empresa pública, uma empresa do Estado, uma empresa em que todos os contribuintes investiram muito, penso que é um dado unânime que temos. Desse ponto de vista, aquilo que, nos últimos dias, procurei criar foi as melhores condições para que esse princípio possa ser cumprido.

A Assembleia da República tem disponibilizado, para os trabalhos dos Srs. Deputados, um *software*, designado por FinalCode, que é muito competente do ponto de vista da sua rastreabilidade da informação e de sabermos onde é que esta está, mas não garante da mesma forma a sua segurança nos níveis necessários. Por exemplo, a não ser que me deem uma resposta contrária a tudo aquilo que me disseram até agora, esse *software* não está certificado.

Nesse quadro, partilhei com os serviços e com o Sr. Secretário-Geral da Assembleia da República o seguinte: na passada sexta-feira, reuni com

duas áreas desta Assembleia da República e constatei, salvo melhor opinião, que o *software* que é disponibilizado pela Assembleia da República, apesar de garantir a rastreabilidade da informação classificada, não garante a sua segurança em níveis aceitáveis para documentos e informação secreta, muito secreta e altamente confidencial, como as classificações remetidas pelas entidades e personalidades objeto da Comissão de Inquérito.

Com efeito, e utilizando o *software* proposto pela Assembleia da República, a informação em causa, mesmo apesar de a sua consulta ser detetada, permite a sua reprodução e partilha por outros meios indiretos — por exemplo, fotografia — e fora de ambientes controlados. Além disso, é passível de ser acedida pelos famosos *hackers*, que não só podem aceder à informação como podem, eles próprios, criar a perceção de que essa informação foi obtida, por exemplo, por um dos Srs. Deputados.

Na passada sexta-feira, solicitei aos serviços presentes nessa reunião que me fizessem chegar as propostas que entendessem necessárias para que os Srs. Deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito pudessem aceder, no cumprimento rigoroso do quadro legal exigido e da forma mais fácil e rápida, à documentação já entregue e a ser entregue nos dias seguintes. Pedi ainda que essas propostas considerassem os diversos níveis de classificação.

Esta situação da classificação com segredo de negócio é muito semelhante àquela que se coloca com a informação classificada através do Gabinete Nacional de Segurança, do qual a Assembleia da República, e a nossa Comissão de Inquérito, também recebeu informação. E a Assembleia da República não dispõe nem de subregisto nem tão-pouco de trabalhadores credenciados para fazer esse trabalho.

Foi nesse quadro que solicitei à Assembleia da República que apresentasse uma proposta que garantisse não apenas a rastreabilidade da consulta de documentos — que penso que estava sempre garantida — mas

também, e de acordo com a lei, as melhores práticas possíveis, e que propusesse soluções de segurança dos documentos recebidos.

Recordei, aliás, que esta situação já tinha acontecido em comissões de inquérito anteriores, nomeadamente na Comissão de Inquérito do BES (Banco Espírito Santo), em que, precisamente, o processo foi muito próximo deste. Aliás, tive a oportunidade de ouvir, sobre esta questão, o Sr. Deputado Fernando Negrão, que partilhou comigo os procedimentos que, na altura, utilizou e que reputo de bastante importantes para que a Assembleia da República possa obter os melhores resultados.

A resposta que tive dos serviços está baseada em quatro pontos que queria partilhar.

Independentemente do *software* adotado, no cumprimento do estrito rigor da lei, a consulta de informação classificada com a marca nacional como confidencial ou superior —confidencial, secreto e muito secreto — apenas pode ser efetuada em espaço próprio, com medidas de segurança adequadas e apertadas, como as que estão a ser preparadas para este efeito.

A cumprir a lei — e repito, a cumprir a lei —, em caso algum poderá ser acedida a informação com estes graus de classificação a partir dos gabinetes de trabalho ou de qualquer outro local que não cumpra as regras estabelecidas.

A informação classificada como secreta apenas pode ser consultável através de *software* credenciado que circule em rede certificada, não sendo o caso da Assembleia da República, que não dispõe de rede credenciada nem de *software* credenciado. Em alternativa, pode ser acedida a partir de computadores *standalone*, cumprindo as regras estipuladas, como estamos a efetuar.

Relativamente ao grau de muito secreto, não é possível o acesso digital, através de *software* credenciado ou não, apenas pode ser consultado em papel por pessoas credenciadas com aquele grau de segurança. Segundo

o que foi compreendido, não existe um *software* credenciado para matérias desta natureza. O tema está com os decisores neste preciso momento.

Estes são os pontos que gostava de partilhar com os Srs. Deputados.

No dia de hoje, e em função do trabalho que os serviços da Assembleia da República fizeram, ou seja, colocando esta informação numa sala com as condições de segurança exigidas pela lei para este tipo de situação, a Mesa — e aqui a Mesa tem um papel importante, precisamente porque os Srs. Deputados aprovaram no Regulamento, na segunda reunião, um papel importante desempenhado pela Mesa para a questão da credenciação dos documentos — pode aceder a toda a informação.

A Mesa pode, a partir de agora, tendo esta informação disponibilizada nestes computadores *standalone*, tomar decisões, nomeadamente sobre a desclassificação de algum segredo comercial que possa ter sido invocado. E penso que há casos para isso.

Neste momento, a nível da consulta de documentos estou exatamente como os Srs. Deputados: os únicos documentos que até agora vi são aqueles que estão livremente disponíveis para consulta. Mas entendo que a Mesa, a partir de amanhã, tem todas as condições para fazer com que os documentos em relação aos quais tenha sido invocado segredo comercial, porque pode prejudicar a empresa, mas sobre os quais a nossa Comissão — que tem competência para isso — possa dizer que não cumprem as fundamentações dadas para a classificação, possam passar de classificados a desclassificados.

Pessoalmente, acho que estamos a falar de um conjunto significativo de documentos. E aquilo que queria partilhar com todos é que, na sequência da reunião de Mesa que tivemos ontem, pedi aos Srs. Vice-Presidentes que estivessem disponíveis durante a manhã da próxima sexta-feira para podermos fazer esta operação: em função da informação contida nos documentos, se for o caso — como a mim, pessoalmente, me parece ser o caso em relação a alguns documentos, desde logo pela sua designação —,

aumentar substancialmente o número de documentos que pode ser consultado de uma forma que imponha menos limitações de acesso, podendo estes ser consultados no computador de cada um, em cada um dos locais.

Penso que haverá documentos em que isso não vai acontecer, porque alguns, com toda a franqueza, pela sua natureza, dificilmente poderão estar disponíveis para todos. Mas isso é algo que a Mesa, com certeza, irá avaliar.

O que é tudo isto significa? Significa, como os serviços me informam, que a partir de amanhã haverá uma sala que estará disponível, com 10 terminais de computadores que poderão ser utilizados para aceder a esta informação classificada. É uma sala que está preparada para isso, do ponto de vista da segurança.

Ao mesmo tempo que fazemos esse trabalho, temos de deliberar também — tal é necessário, de acordo com o nosso Regulamento — sobre o acesso à informação por parte dos assessores da Comissão e por parte dos funcionários que nos apoiam no nosso trabalho.

Esta era a informação que queria partilhar com as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

O que é que isto significa? Significa que, a partir de amanhã, temos acesso a toda a informação e acho que isso é um dado relevante.

Os nossos trabalhos começaram há, precisamente, um mês. Pedimos mais de 300 documentos. Esses documentos, na sua maioria, como vimos, já estão disponíveis para serem trabalhados, estando uma parte significativa já acessível nos nossos computadores. A que ainda não está, está disponível nesses computadores isolados da rede, nessa sala específica, possibilitando também a consulta da informação classificada. E, em função do trabalho que proponho que a Mesa faça, a partir de sexta-feira com certeza que aumentaremos o número de documentos disponíveis no primeiro grupo.

Queria ainda dizer que este objetivo não só resulta da lei — porque o nosso Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares aponta neste sentido —

como também invoca a Mesa, a partir deste momento, a fazer a desclassificação de alguns documentos que, eventualmente, tenham sido classificados de forma excessiva.

Essencialmente, acho que não me esqueci de nada do que queria partilhar, relativamente a este ponto, com as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Abro agora esta questão a debate. Estou completamente disponível para procurar responder a alguma questão que tenha ficado em aberto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, faça favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, não vou ceder à tentação de discutir critérios sobre classificação de documentos ou formas de acesso. Quero apenas fazer uma pergunta.

No acesso aos terminais que estão numa sala específica para o efeito, há garantia de que os terminais não são ocupados ao mesmo tempo por Deputados da mesma força política, do mesmo grupo parlamentar, para garantir que todos os grupos parlamentares podem ter acesso quando necessário? Não é esta a figura ideal, porque uma comissão de inquérito deve ter acesso, a qualquer momento, a esses terminais.

Em segundo lugar, gostaria de saber se essa sala, com esses terminais, está disponível 24 horas por dia, durante todos os dias da semana, caso um Deputado queira ficar — uma vez que não podemos fazê-lo em casa — a trabalhar durante madrugadas, fins de semana, etc.

É essa a flexibilidade que temos quando podemos aceder normalmente aos documentos e, uma vez que temos trabalhos parlamentares a decorrer durante o dia, o trabalho faz-se com assessores — nos grupos parlamentares

que os têm — e durante a noite, no caso de grupos parlamentares que têm menos assessores.

Por isso, lamento imenso esta pergunta e as suas consequências para os funcionários da Comissão, mas não queria deixar de a fazer.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, a distribuição do número de terminais foi feita mais ou menos com o critério de divisão por seis grupos parlamentares.

Apesar de estarmos individualmente nesta Comissão de Inquérito, temos aqui seis grupos parlamentares, portanto, pensou-se em seis computadores. Depois há mais três afetos à Mesa. Mas, como é evidente, é uma questão de gerir o espaço e a necessidade de os Srs. Deputados acederem.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, tenho só mais uma pergunta prática.

Além dos horários de acesso — e saber se a sala está ou não livre 24 horas por dia e se os assessores também podem aceder à dita, porque estão credenciados e assinaram as mesmas declarações que os Deputados assinaram —, gostava de saber se vai ser possível imprimir alguns documentos ou se vamos ser obrigados a ler em ecrã os milhares de páginas de documentos que estão disponibilizados. Isto com todos os riscos inerentes de não poder sublinhar, ter de ser tudo escrito à mão, enfim... Estou só a enumerar as dificuldades práticas deste trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, compreendo perfeitamente aquilo que está a dizer.

Tenho uma simpatia enorme por aquilo que me está a dizer, mas queria só apelar ao que está na lei. O artigo 13.º-B do nosso Regime Jurídico dos

Inquéritos Parlamentares diz assim: «Os documentos que venham classificados como confidenciais ou sigilosos, nos termos legais, são disponibilizados à consulta dos Deputados para cumprimento das suas funções, devendo ser adotadas pela Comissão as medidas adequadas a garantir que não possam ser objeto de reprodução ou publicação.» Ou seja, nós já temos essa obrigação. Hoje, em relação a este tipo de documentos, já não os podemos reproduzir ou publicar. Portanto, parece-me que esta questão...

Ó Sr.^a Deputada, sobre a situação, que não é a melhor para nós, que não é aquela de que todos gostaríamos, queria dizer o seguinte: todos nós temos um objetivo, que é conseguir criar as melhores condições para que possamos fazer o nosso trabalho.

Os documentos que nos chegaram, chegaram-nos classificados. Há um processo que, eventualmente, pode ajudar, que é o da sua desclassificação, se o soubermos fundamentar. E pedia aos Srs. Deputados que tivessem confiança...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não, isso tenho!

O Sr. **Presidente**: — ... de que a Mesa poderá, nas próximas horas, fazer esse trabalho. É que, eventualmente, no fim até pode nem ficar assim tanta documentação classificada como aquela que estamos a imaginar que fique. Portanto, acho que na sexta-feira poderíamos ver melhor esta questão.

E pedia um voto de confiança da Comissão na Mesa em relação a este trabalho que, de forma voluntariosa e tão entusiástica — como sinto nos Srs. Vice-Presidentes — a Mesa irá começar a fazer.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, tenho só uma dúvida. Posso, porventura, não ter percebido bem.

Como é que funciona a utilização dos três terminais afetos à Mesa? Não percebi bem essa afetação.

Há um tema relevante que é, de facto, os grupos parlamentares terem acesso e poderem ter disponibilidade de os usar sempre que é preciso. Também há diferenças do ponto de vista da intervenção, visto que há dois grupos parlamentares que têm bastantes Deputados e outros que têm apenas um Deputado. Enfim, acho que deveríamos ter alguma razoabilidade na forma como isso se distribui, para não haver nenhum problema nessa matéria.

Isto é o que eu acho, mas não sei o que é que o Sr. Presidente estava a pensar quando distribuiu à Mesa. Fazendo uma análise rápida, o Chega passa a ter, imediatamente, dois computadores disponíveis e, portanto, parece-me que há, neste caso, alguma injustiça na distribuição logística.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Pereira, queria dizer apenas o seguinte: ao todo são 10 terminais e, em relação à forma como fazemos a sua distribuição, estou completamente aberto a que a possamos fazer de outra forma qualquer.

Penso que, até sexta-feira, a Mesa estará muito concentrada a precisar dos terminais, mas, a partir de sexta-feira, não sei se será assim tão importante, não só para a Mesa, como, acho eu, também em relação a muitos dos Srs. Deputados, uma vez que, entretanto, vai haver muita informação que vai estar disponível nos nossos computadores.

Não o posso garantir, porque esse processo ainda não foi feito, mas, neste momento, temos um conjunto de informação que nos chega

classificado. Uma é a classificação que resulta, de acordo com a lei, das regras do Gabinete Nacional de Segurança. Em relação a essa, diria que não me parece que vamos encontrar, com toda a franqueza, grande fundamento para a desclassificar. Em relação àquela que tem a ver com os outros documentos que foram classificados, e que se relaciona, acima de tudo, com as regras e os princípios do Código da Propriedade Industrial, penso que, nesse caso, eventualmente, teremos de trabalhar bem, nas próximas horas, para ver o que é que conseguimos fazer. Eventualmente, depois disso — em Comissão ou numa reunião de Mesa em que juntamos, também, os Srs. Deputados coordenadores que queiram participar —, até poderemos fazer uma avaliação do que é que, efetivamente, temos de melhorar ou não.

Há pouco, não respondi à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua sobre a questão do horário de acesso à sala, mas, amanhã, os serviços irão partilhar connosco o horário exato de funcionamento. Acho que o ideal é que possamos dizer aos serviços quando é que queremos fazer a consulta e, em função disso, adaptarmo-nos de acordo com a nossa agenda, porque, quer dizer, não vale a pena estar sempre alguém na sala se não houver ninguém a consultar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ah, não! Isso não!

O Sr. **Presidente**: — Convém eventualmente dizer: «Olhe, eu vou lá fazer uma consulta, daqui a pouco». E, portanto, acho que vai ter de funcionar de acordo com o bom senso que penso que vamos todos ter nestas semanas duras que vamos ter pela frente.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Hugo Carneiro, faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria deixar algumas notas sobre aquilo que já foi dito.

Associo-me às preocupações da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua relativamente ao modo de consulta.

Embora acreditando que a Mesa terá a capacidade de desclassificar para um segundo nível de categoria, com a utilização do FinalCode, torna-se, de facto, muito difícil trabalhar, sobretudo para quem já teve de utilizar este tipo de consultas no ecrã.

Portanto, a sugestão que deixo — e que não viola o espírito da lei, porque, neste momento, o guardião da documentação que foi recebida é o Parlamento, estando à ordem da Comissão de Inquérito —, à semelhança do que acontece com os computadores, é a de reproduzir várias cópias, sem violação da lei, porque essas cópias ficarão, também elas, à guarda do Parlamento, para que possam ser consultadas nessa tal sala onde existem os computadores.

Acho que isto ajudaria muito, porque é muito mais fácil ler folhas a correr, em que nós, facilmente, com a capacidade crítica que temos, conseguimos perceber se o documento aporta ou não valor para os trabalhos da Comissão. Será muito mais fácil assim do que estar a ver o documento num ecrã. Enfim, nem sabemos que tipo de ecrã é, se for um computador igual aos terminais que temos nos nossos gabinetes, todos sabemos muito bem como é que são esses computadores da idade da pedra, não é?

Risos.

Portanto, acho que esta sugestão poderia ser útil.

Também gostava de chamar a atenção para o facto de haver documentos, de entre aqueles que já estão disponíveis hoje, que estão truncados, ou seja, as próprias entidades, nomeadamente a TAP, remeteram a esta Comissão documentos truncados.

Quando digo documentos truncados, não me refiro a informações relativas à morada do sujeito *A* ou do sujeito *B*, porque isso não me interessa

rigorosamente para nada, mas à indicação de nomes de responsáveis, de pessoas que deviam ter sido ou que foram consultadas, tendo-nos sido essa informação omitida. Portanto, sugiro que, quando isso aconteça, as entidades tenham o cuidado de nos remeter a informação completa, que é isso que devem fazer.

Depois também verificamos que há informação relativa a *e-mails* que foram remetidos ao Parlamento e que já estão disponíveis, mas que estão em formato PDF. Ora, salvo melhor opinião, um *e-mail* em PDF ou em *Word* pode ser manipulado, eventualmente até pela entidade que o remeteu. Acredito que não o tenham feito e, portanto, parto da boa-fé das entidades e das pessoas a quem foram pedidos os documentos, mas, na verdade, quando o Grupo Parlamentar do PSD pede *e-mails*, refere-se aos itens de *e-mails* do *Outlook* ou do *software* que for utilizado. Portanto, não só temos de receber esses itens, como temos de ter o programa para os poder abrir, porque só dessa forma é que conseguimos garantir que o documento não sofreu nenhum tipo de manipulação. Isso, para nós, é muito importante.

Queria também deixar uma palavra de preocupação, relativamente ao horário da sala. Cada Deputado trabalhará da forma que entender, mas, pela experiência que tive na Comissão de Inquérito relativa ao Novo Banco, muitas das vezes acabava de preparar audições às 4 horas da manhã do dia anterior. Portanto, se ninguém tiver de utilizar a sala, pois, muito bem, não terá de estar nenhum segurança à porta, mas era muito importante que, pelo menos nas vésperas das audições, estivesse garantido o acesso permanente. É a sugestão que faço, pelo menos nos dias anteriores. Nos outros dias logo se verá qual é a metodologia que é adotada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Se se vai trabalhar na véspera, tem de se aceder antes da véspera!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Seguramente que sim. Pelo menos nas vésperas, tem de estar permanentemente aberta. Agora, até lá, naturalmente, teremos de fazer trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queria dizer-lhe o seguinte: uma boa parte dos documentos foram entregues em papel, portanto, penso que a questão da consulta em papel estará resolvida.

Sobre os outros documentos, vamos lá a ver, se entendermos, por qualquer razão, que é necessário imprimir alguns deles para consulta nessa sala, é só uma questão de os Srs. Deputados transmitirem isso aos serviços, pois nós estaremos preparados para isso. Penso que não temos problema nenhum quanto a isso.

No que diz respeito a algumas informações que estejam truncadas, pedia mesmo que identificasse quais é que são, para que também possamos dar uma resposta. Há informação que pode estar cortada em função da proteção consagrada no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, no RGPD. Não sei se é esse o caso, mas o que pedia era que identificássemos mais claramente esta questão, para que, com isso, também possamos habilitar quem nos está a apoiar, para podermos responder mais facilmente.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, também queria deixar o esclarecimento de que esta Comissão de Inquérito goza dos poderes que as autoridades de investigação criminal usam, no âmbito dos inquéritos e, portanto, para nós, não há barreiras de proteção de dados.

Como eu disse há pouco, não me interessa saber a morada do sujeito A ou do sujeito B, mas, por exemplo, quando foi escolhida a CEO (*chief executive officer*) da TAP, foi feito um concurso, foram feitas determinadas diligências para escolher uma pessoa; no entanto, nessa informação, nos documentos que nos foram remetidos pela TAP foram omitidos os nomes das outras possíveis pessoas, que inclusivamente foram consultadas. Isso não tem a ver com dados pessoais, mas mesmo que fosse sobre dados pessoais, também não teríamos essa barreira.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, aquilo que propunha era o seguinte: sempre que entenderem que há algum tipo de informação que não é suficiente, façam chegar essa necessidade à Mesa, para que a Mesa possa atuar no sentido de que seja completada a informação.

Penso que quando alguém está a responder a uma questão, também pode não ter, eventualmente, a sensibilidade de perceber exatamente qual foi a pergunta que fizemos, do ponto de vista da troca de informações e do dever de colaboração que todas as empresas devem ter connosco.

Pedia à Comissão mandato para fazermos isto com a Mesa, para trabalharmos neste cenário, nas próximas horas. Com certeza que, neste quadro, se for necessário, também marcaremos uma reunião de Mesa, chamando, igualmente, os Srs. Deputados coordenadores, para podermos discutir esta questão.

Queria ainda pedir à Comissão que deliberasse no sentido de darmos, nos termos do Regulamento, acesso a este tipo de informação aos assessores dos nossos grupos parlamentares. Em função desta classificação dos documentos, essa necessidade resulta daquilo que está no Regulamento, uma vez que estes documentos, sendo classificados — nos termos, salvo erro, do n.º 2 do artigo 8.º do nosso Regulamento —, têm de ser acreditados dessa forma. Portanto, pedia que houvesse uma deliberação nesse sentido.

Entretanto, o Sr. Deputado Bruno Dias queria intervir e eu comecei a passar para este ponto. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

À partida, eu não ia sequer considerar que fosse necessária a deliberação que o Sr. Presidente agora refere. Pensava mesmo que esse tema estava, à partida, salvaguardado pelo simples mandato da Comissão e pelo simples Estatuto dos Funcionários Parlamentares e dos assessores que estão acreditados nos trabalhos da Comissão.

Porém, se o Sr. Presidente considera que é mesmo necessário fazermos essa deliberação, pois, com certeza, não tenho nada contra.

Queria também suscitar uma questão que tem a ver, precisamente, com o mandato da Mesa — julgo que poderá ser essa, de facto, a sede própria, dentro deste processo de desclassificação de documentos —, no sentido, diria eu, de explicitar alguma extensão desse mandato, no que diz respeito à questão da desclassificação parcial de documentos.

Ou seja, pode haver documentos em que, quem os mandou para cá, possa dizer que da página um à página 50 é tudo secreto, na sua integridade. No entanto, a reunião da Mesa pode concluir que isso é inteiramente verdade, mas apenas na parte do documento que vai da página 20 à página 24, e da página 40 à página 42.

Ora, a questão que queria colocar, e julgo ser este o momento próprio para equacionarmos esta matéria, vai no sentido de que pode e deve haver a seguinte possibilidade: ao invés de dizermos «pronto, *ok*, isto é classificado, confirma-se, vai lá para os computadores *standalone*», podermos optar por enviar a versão não truncada para os computadores *standalone*, havendo, contudo, uma versão que salvaguarda as componentes verdadeiramente reservadas daquele documento e, como tal, o documento, devidamente protegido nessa componente em que não se pretende abrir o acesso, é

colocado na parte não reservada do acesso à documentação da Comissão de Inquérito. Não sei se me estou a fazer entender?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sim, sim!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É que uma coisa é dizer: «Este documento de 50 páginas, tem uma página que não se pode ver e, como tal, vai para a sala das coisas secretas». Outra coisa é dizer: «Protege-se aquela página e as outras 49 são perfeitamente passíveis de serem consultadas e conhecidas.» E, depois, quem quiser mesmo saber o que está na página 40, vai lá à sala.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, todos esses documentos — todos eles — estão acessíveis aos Srs. Deputados. Todos. Portanto, se algum dos Srs. Deputados, em algum momento, por qualquer razão, concluir que há um excesso de classificação, faça favor de o dizer, porque, com certeza, isso pode acontecer.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, quando eu estava a falar da explicitação da extensão do mandato à Mesa, isso é mesmo para que o Sr. Presidente e os Srs. Membros da Mesa tenham a faculdade — que não se assume se *a priori* não for dita, mas que é importante que se diga, de forma explícita — de poderem dizer que aquela página é reservada mas o resto não. E isto porquê? Porque é preferível evitar que seja preciso passar não sei quantas horas na sala dos computadores *standalone* para se descobrir que era só uma página que era secreta.

Portanto, já que os senhores vão fazer esse trabalho, então que só se faça uma vez. Sendo feito pelos senhores, depois não tem de ser feito por

cada um dos Deputados, que tem de chegar à sala secreta e ver coisas que afinal podiam ter sido distribuídas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sim.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Digo isto para, digamos, dar uma contribuição para trabalhos mais expeditos, com outro mandato à própria Mesa no sentido de que haja acesso a documentos e que não obrigue quem os quer ler a estar na sala das coisas secretas até às tantas da manhã.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado. Penso que é uma boa sugestão.

Gostaria só de dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado: nos termos do n.º 3 do Regulamento que aprovámos, a credenciação para acesso a informação secreta é da autorização da Mesa. Como não vai haver uma reunião de Mesa, sugeri que pudesse ser feita, aqui, em reunião de Comissão. Isso significa que amanhã os assessores — é especialmente neles que estamos a pensar — e os funcionários poderão aceder a toda a informação, de acordo com a nossa regra. Daí esta sugestão.

Desta forma, penso que estaremos muito bem para conseguirmos começar a trabalhar a partir da manhã.

Pergunto se algum dos Srs. Deputados está contra esta minha proposta de deliberação no sentido de darmos credenciação para acesso à informação secreta aos funcionários.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Tenho uma pergunta simples e rápida, Sr. Presidente. É segredo onde é que é a sala secreta? Para sabermos.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é na Assembleia da República.

Risos.

Já lá estive ontem e já vi o espaço que, por ter mais computadores, não ficou tão simpático como poderia ter ficado. Era a sala que, até há pouco tempo, era utilizada por um dos Srs. Vice-Presidentes, portanto, parece-me que é num lugar nobre da nossa Assembleia.

De qualquer forma, os nossos serviços partilharão toda essa informação, penso que durante as primeiras horas de amanhã, precisamente para todos estarmos a par nesta questão. E o Presidente e a Mesa estarão disponíveis para resolver qualquer questão.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, é só uma nota.

Na Comissão de Inquérito do BES, todos os documentos estavam impressos. Portanto, no seguimento da linha de raciocínio que eu estava a explanar há pouco, seria útil que os serviços pudessem sinalizar na lista de documentos em *Excel* quais são os que estão impressos. Assim, quando formos pesquisar, não andamos a ver se está impresso ou se não está e temos isso já pré-sinalizado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, penso que o trabalho já está bastante adiantado para ser fornecida essa lista. Aliás, está feito.

Neste caso, vamos votar a proposta de deliberação, apresentada por mim, para o acesso a esta informação de carácter secreto por parte dos assessores e dos funcionários.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Encerramos este ponto e, com a vossa autorização, passamos agora ao primeiro ponto da nossa ordem do dia, que tem a ver com a deliberação sobre requerimentos para audições.

Informo os Srs. Deputados de que houve seis requerimentos para audições, tendo sido solicitadas 60 audições.

Há algumas dúvidas sobre os requerimentos que foram apresentados e registados pelos nossos serviços, nomeadamente o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS de quais os sindicatos da TAP que pretendem ouvir — há uma pergunta sobre isso.

Portanto, iniciando este ponto e dando esta informação das 60 audições — que indicia que, de facto, vamos ter uns tempos bastante desocupados nas próximas semanas —, pergunto aos Srs. Deputados que queiram intervir sobre este ponto qual é que deve ser o modo de deliberação da nossa Comissão em relação a esta questão.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, sobre este importante tema para que a Comissão Parlamentar de Inquérito possa iniciar as suas audições, e tendo em conta o número significativo de personalidades que temos para ouvir, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, penso que é importante fazer uma análise ainda mais fina sobre esta matéria, tendo em conta o objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Apesar de tudo, queria propor, pelo menos, dois tipos de abordagem. Primeiro, que hoje, nesta reunião, chegássemos a um acordo sobre um conjunto de meia dúzia — seis, cinco, quatro — de audições para iniciar, e, diria, o mais rápido possível, tendo em conta que grande parte dos documentos já chegou e que, portanto, os Srs. Deputados já estão munidos da documentação para poderem começar a trabalhar. Segundo, que na próxima reunião de Mesa e Coordenadores pudéssemos, entre nós, fazer uma avaliação sobre o melhor método, do ponto de vista das restantes audições que foram sugeridas.

Penso que isto permitiria avançarmos com o trabalho e depois tomarmos uma decisão sobre qual é o melhor caminho que podemos seguir no sentido de podermos dar cumprimento às audições desta Comissão Parlamentar do Inquérito, sem pararmos os trabalhos, que é o essencial, e começarmos a ouvir as pessoas.

O Grupo Parlamentar do PS tem uma sugestão para quatro ou cinco nomes, mas ficamos a aguardar que, eventualmente, outros grupos parlamentares também, de alguma forma, se pronunciem sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, é nosso entendimento que as audições de todas as entidades e personalidades que foram sugeridas pelos vários grupos parlamentares não sejam sequer alvo de votação. Se os grupos

parlamentares o indicaram é porque veem algum fundamento nisso, pelo que penso que seria de bom senso a Comissão deliberar que se devem ouvir todas as entidades solicitadas.

Entendemos que não deve caber a um grupo parlamentar ou a outro, independentemente dos motivos, estar a boicotar a vontade de um outro grupo parlamentar, que, para chamar essa entidade ou personalidade, tem, naturalmente, algum fundamento. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto é para dizer que concordo com o que disse o Sr. Deputado Carlos Pereira. Devemos, se possível ainda hoje, identificar cinco ou seis entidades — até sugeria seis —, dando a possibilidade a cada grupo parlamentar de indicar um nome cada, para começarmos já, na próxima semana, a fazer essas audições, uma vez que grande parte da documentação — mais de 90 % da documentação solicitada — já está na posse da Comissão. É esta a sugestão.

A data de início das audições seria já na próxima semana. O Sr. Presidente há de ter acesso ao calendário disponível da Assembleia e, dentro desse quadro, começaríamos as audições para a semana, sendo que a proposta de seis ou cinco entidades me parece razoável. Diria seis e de forma indiscriminada, isto é, cada grupo parlamentar indicava um nome para ser ouvido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, entendemos que, de facto, para dar corpo ao arranque das audições seria avisado cada grupo parlamentar propor um nome para ser dos primeiros, sem prejuízo de reforçarmos o que eu já havia dito na última vez que abordámos essa temática — e que, aliás, está expresso no nosso requerimento —, que é a nossa percepção e vontade de ouvir, prioritariamente, a Sr.^a Eng.^a Christine

Widener, porque entendemos que, como disse, no término da sua função, será natural que ela possa querer ter um período de férias e, porventura, ausentar-se do País, o que tornará mais difícil, do ponto de vista logístico e prático, podermos contar com o seu depoimento. Só por essa razão, sinalizamos como prioritária esta audição, no quadro das propostas que fizemos.

Salvo melhor opinião, julgo que há condições para, na reunião de Mesa e Coordenadores, afinarmos os nomes dessas seis individualidades e para encontrarmos um critério sequencial para a marcação das suas audições, frisando uma vez mais esse aspeto particular no caso da audição da Eng.^a Christine Widener.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se mais algum Sr. Deputado se quer inscrever sobre este ponto.

Pausa.

Bem, penso que encontrámos aqui o consenso de começarmos com uma indicação de uma lista de cinco ou seis nomes.

Sugeria mesmo que terminássemos a nossa reunião hoje, com este ponto, e fizéssemos imediatamente a seguir uma reunião de Mesa com os Coordenadores para tentarmos ver o que conseguimos agendar, sem estarmos aqui a discutir se é quarta, se é quinta, se é sexta, ou seja, será o mais cedo possível.

Penso que há um consenso de bom senso sobre esta questão e aquilo que propunha era terminarmos os nossos trabalhos, se estiverem todos de acordo, sendo que faríamos o resto em reunião de Mesa e Coordenadores, para procedermos a um agendamento mais operacional.

Estão todos de acordo, Srs. Deputados?

Pausa.

Não havendo objeções, fica então assente.

Agradeço a todos, apesar do adiantado da hora. Até para a semana.

Muito obrigado a todos.

Eram 20 horas e 16 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.